



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

<b>PARECER JURÍDICO</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO/CP Nº: 004/2020</b>
<b>CONTRATO: 20200372</b>
<b>ASSUNTO: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL</b>
<b>CONTRATADA: AMAZÔNIA NEGÓCIOS CONSULTORIA ASSESSORIA E SERVIÇOS EIRELI</b>

I- Trata-se, o presente, de procedimento de Concorrência Pública sob nº 004/2020 que culminou na contratação da empresa Amazônia Negócios Consultoria Assessoria e Serviços LTDA agora denominada Amazônia Negócios Consultoria Assessoria e Serviços EIRELI.

II- Consoante Memo. Nº 134/2021 foi solicitado confecção de Termo Aditivo de alteração de dados cadastrais (razão social e endereço) da empresa contratada.

III- Nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei de Licitações, veio o procedimento, para emissão de parecer prévio.

Ressalte-se, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a Autorização para Aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

IV- O cerne da questão repousa na possibilidade de realização de um 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 20200372.

Ademais, o Contrato autoriza a alteração do mesmo. Neste caso, demonstra a necessidade de aditamento de alteração de razão social.

V- Demonstrada a possibilidade de realização do Termo de Aditivo, passemos, por fim, à análise de regularidade de sua forma, o que se denota da Minuta do 1º Termo de Aditivo que segue o presente.

Satisfeito está o *caput* do artigo 60, da Lei 8.666/93 que dispõe:

"Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".

Ademais, consoante se infere do art. 61 da Lei Geral de Licitações, todos os requisitos ali mencionados foram satisfeitos: constam expressos os nomes das partes (Município de Itaituba e Amazônia Negócios Consultoria Assessoria e Serviços LTDA agora denominada Amazônia Negócios Consultoria Assessoria e Serviços EIRELI), consta ainda a finalidade (realização do 1º Termo de Aditivo), o ato, que autorizou sua lavratura (Contrato nº 20200372), número do processo licitatório (CP 004/2020) e, finalmente, a sujeição à Lei e as cláusulas contratuais, o que nesta situação especial verifica-se na cláusula 2ª que prevê o Aditivo de alteração de razão social.

**VI-** Isto posto considerando a documentação e justificativa apresentada e os preceitos legais relativos à questão constata-se a possibilidade de realização do 1º Termo de Aditivo ao Contrato em epígrafe, visando a alteração de razão social e natureza jurídica da empresa contratada.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Salvo melhor juízo, é como entendemos.

ITAITUBA - PA, 14 de abril de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**Atemistokhles A. de Sousa**

Procurador Jurídico Municipal

**OAB/PA nº 9.964**